

Feminicídio assombra região do Sol Nascente

Vítima foi morta pelo companheiro a facadas e suspeito foi espancado por moradores. Vizinhos estão assustados e mantêm silêncio sobre o crime

» CARLOS SILVA
» PABLO GIOVANNI

O clima na região de chácaras do Trecho 2 do Sol Nascente ontem era de angústia com a morte brutal de Jucelia dos Santos da Silva, 35 anos, 18ª vítima de feminicídio no Distrito Federal, este ano. Ela foi assassinada com ao menos 15 facadas, na cabeça e no pescoço, desferidas pelo companheiro Magecson dos Anjos Matias, 40. Ela morreu no local. Revoltados, moradores que teriam presenciado a barbárie impediram o suspeito de fugir e o espancaram. O episódio chamou a atenção das autoridades da capital. Ao *Correio*, a Secretária da Mulher, Giselle Ferreira, destacou a gravidade do caso.

Em choque com a violência, moradores ainda temiam falar sobre o que presenciaram. Um dos vizinhos disse que chegou em casa e se deparou com diversas viaturas das forças de segurança e pessoas na rua que comentavam o caso. No dia seguinte ao crime, o medo de sair de casa tomou conta do local. “Foi muita covardia. Ele matou a mulher na base da faca. Estamos muito preocupados. Todo mundo está apavorado, dentro de casa”, disse.

Para outra moradora, a situação evidenciou um cenário de insegurança cada vez mais frequente na região e despertou pavor entre a população feminina da população local. “Eles haviam se mudado recentemente para cá, então, não os conhecia muito bem. Mas fiquei aflita com isso. Foi muito abrupto e violento. Muitas mulheres com quem eu conversei disseram: ‘podia ter sido eu’”, afirmou.

Investigação

De acordo com a polícia, o casal havia se mudado da Bahia para o DF há cerca de 15 dias, em busca de melhores condições de vida. A polícia, a irmã do autor, que preferiu não se identificar, contou que o relacionamento entre Jucelia e Magecson era marcado por brigas constantes. “Os dois tinham ciúme doentio um do outro. Ela tinha ciúme até da gente, e ele era pior ainda”, descreveu. Magecson sofreu traumatismo craniano durante o espancamento dos moradores e foi encaminhado ao Hospital Regional de Ceilândia (HRC), onde permanecia em estado grave, até o fechamento desta edição. Ele te-

ve a prisão preventiva decretada pela Justiça.

Segundo o delegado Mauro Aguiar, da 17ª Delegacia de Polícia (Taguatinga Norte), a irmã de Jucelia foi visitá-la uma hora depois do assassinato e se deparou com a tragédia. “Ela a encontrou morta. Algo muito perturbador. Foi algo brutal, com muito ódio, muita ira”, avaliou.

O crime é investigado como feminicídio pela Delegacia Especial de Atendimento à Mulher 2, de Ceilândia.

Até o fechamento desta edição, não havia informações sobre o velório de Jucelia.

Conscientização

A secretária da Mulher, Giselle Ferreira, ressaltou a importância da ação da sociedade frente aos casos de violência doméstica. “Precisamos nos atentar aos sinais. É fundamental denunciar. O feminicídio não escolhe classe social, gênero, nem nada do tipo. Por isso, precisamos de uma nova sociedade e de um novo pensamento”, avaliou.

A Casa da Mulher Brasileira no Sol Nascente, que será inaugurada em dezembro, vai abrigar dois projetos: o Empreende Mais Mulher, para capacitação profissional e mentoria para empreendedorismo; e o Mão na Massa, focado na oferta de cursos técnicos. Outras três estruturas semelhantes serão instaladas no Recanto das Emas, Sobradinho 2 e São Sebastião, mas ainda sem data para inauguração.

De acordo com a pasta, uma das principais vias para diminuir o número de casos de feminicídio é a conscientização. Para isso, a secretária realiza, anualmente, a campanha Agosto Lilás, que promove ações de divulgação, como palestras, encontros e materiais informativos acerca da violência doméstica e onde procurar ajuda. Além das campanhas, o governo também implementou as Casas Abrigos, onde é oferecido atendimento psicológico, jurídico, pedagógico e de assistência social para mulheres vítimas de violência doméstica, familiar e sexual, em risco de morte, e de seus dependentes. A pessoa acolhida pode permanecer no abrigo por um período de até 90 dias corridos, acompanhada de filhos e dependentes.

Vítimas de violência também podem procurar os Centros Especializados de Atendimento às Mulheres (CEAMs), que ofe-

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Local onde ocorreu o crime, na Chácara 101 do Sol Nascente

Redes sociais



Agressor foi espancado por moradores

Saiba quem são as vítimas em 2024 e quando tiveram suas vidas ceifadas



Tainara M. da Silva
26 anos, 10/1



Diana Faria Lima
37 anos, 15/1



Antônia Maria da Silva
39 anos, 17/1



Milena Rodrigues Silva
26 anos, 25/1



Simone Santos Ribeiro
42 anos, 13/5



Daniella Di Lorena
46 anos, 25/5



Jainia D. de Assis,
42 anos, 15/6



Fernanda dos S. Pereira
33 anos, 17/7



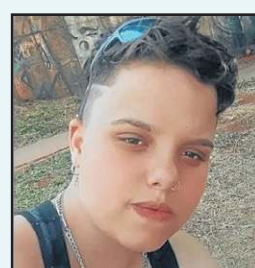
Rosemeire Campos
46 anos, 6/8



Juliana Barboza Soares
34 anos, 20/8



Daíra dos Santos Rodrigues
22 anos, 25/8



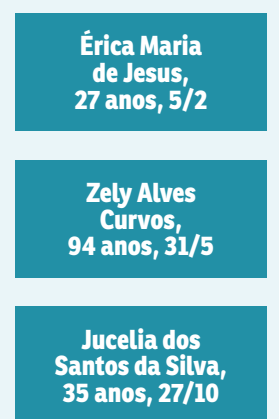
Thaynara da Silva Matheus
21 anos, 28/8



Paloma Jenifer Ferreira
26 anos, 30/9



Fabiane Araújo Lima
31 anos, 18/10



*Há mais um caso contabilizado em painel da SSP-DF, mas não há informações sobre a vítima

Onde pedir ajuda?

Polícia Militar: **190**
Polícia Civil: **197**, WhatsApp: **(61) 98626-1197**
Ministério da Mulher: **Ligue 180**
Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deam):
Deam 1: atende a todo o DF, exceto Ceilândia
Endereço: EQS 204/205, Asa Sul.
Tel.: **3207-6172 / 3207-6195 / 98362-5673**
Deam 2: atende à Ceilândia
Tel.: **3207-7391 / 3207-7408 / 3207-7438**



Aponte a câmera do celular e veja a lista completa dos locais que oferecem ajuda

Segurança

A frequência desse tipo de ocorrência na capital fez com

que a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) reforçasse as estratégias para proteger as mulheres. Uma delas é o Mulher Mais Segura, eixo do programa DF Mais Seguro — Segurança Integral. Um dos objetivos é incentivar a denúncia desse tipo de caso para reduzir a subnotificação e, consequentemente, o número de crimes dessa natureza.

Conforme a SSP-DF, a ação deu resultado. Houve uma queda de 42,8% nas ocorrências de feminicídio no DF — foram 16 casos entre janeiro e setembro de 2024 contra 28 no mesmo intervalo do ano passado. Em 2023,

ao todo, ocorreram 33 feminicídios na capital.

Outras iniciativas são o Programa Viva Flor, no qual é disponibilizado a vítimas de violência doméstica um aparelho similar a um smartphone. Caso esteja em perigo, a mulher pode usar a ferramenta para acionar o serviço de emergência da Polícia Militar (PMDF).

Além disso, por meio do Serviço de Proteção à Mulher, a Diretoria de Monitoramento de Pessoas Protegidas (DMPP-SSP/DF), monitora vítimas e agressores, em tempo real, por meio do Dispositivo de Proteção à Pessoa (DPP) e do próprio Viva Flor.

Artigo | VICTOR QUINTIERE, professor de Direito Penal do Ceub

Medidas para evitar mais tragédias com o feminicídio no DF

O feminicídio assombra o Brasil e no Distrito Federal a situação não é diferente. No âmbito federal, a “Lei do Feminicídio” (nº 14.994/2024), que entrou em vigor neste mês, trouxe uma série de mudanças no Código Penal (Decreto-lei nº 2.848/1940), na Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984), no Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.869/1941) e na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2003). Embora atuem em

parte do problema, especificamente na repressão às condutas criminosas, essas mudanças não resolvem a questão como um todo.

Além da repressão, o combate ao feminicídio enquanto política pública deve ser analisado sob a perspectiva da prevenção dos delitos e da capacitação de toda a sociedade. Nesse sentido, fica claro que o combate ao feminicídio e seus desdobramentos precisam passar pela 1) capacitação de pro-

fissionais; 2) amparo às sobreviventes e suas famílias; 3) educação e conscientização da população; e 4) o papel da mídia em desempenhar sua importante função associada à temática.

É essencial sensibilizar os profissionais que atuam no atendimento e acolhimento de mulheres vítimas de violência, garantindo-lhes condições estruturais adequadas para exercer seu trabalho, por meio de investimento massivo na

criação e aprimoramento desses serviços. Por amparo às sobreviventes e suas famílias, compreende-se que a vítima e sua família não podem ser esquecidas neste processo; não basta apenas aplicar leis e combater crimes já praticados quando se nota que pessoas afetadas pela violência são desamparadas pelo Estado e pela sociedade.

No que se refere à educação e à conscientização da sociedade,

é preciso trabalhar no sentido de refutar a ideia machista e misógena de que a violência contra a mulher poderia ser algo naturalizado no cotidiano. A educação que promove equidade e justiça envolve desde a inclusão do tema nas salas de aula até a produção de estatísticas que embasem políticas públicas e a realização de campanhas voltadas à população como um todo.

Para potencializar esses esfor-

ços, uma mídia consciente e responsável evita a culpabilização da vítima e o uso de termos impróprios que naturalizam ou romantizam a agressão, priorizando um viés exclusivamente policial. Deste modo, a capacitação dos profissionais de imprensa para abordar a violência contra a mulher, bem como a responsabilização legal dos meios de comunicação que reiterem a violência, são aspectos que devem ser aprimorados.